

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Interseccionalidade e Vivências Acadêmicas: Reflexões sobre a experiência de mulheres negras na USP

Victoria Vedovato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9728>

Submetido em: 2024-09-02

Postado em: 2024-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

INTERSECCIONALIDADE E VIVÊNCIAS ACADÊMICAS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA USP

VICTÓRIA VEDOVATO,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9480-2925>
<v.vedovato@usp.br>
PPGAS/USP. São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar as experiências de alunas de graduação negras da Universidade de São Paulo, a fim de compreender os desafios, conquistas e mecanismos de enfrentamento relacionados à sua inserção e permanência na universidade, destacando como suas experiências de exclusão e pertencimento são moldadas pela interseção de raça, gênero e classe. Através de entrevistas realizadas com alunas negras de graduação da USP, procuro entender por quais adversidades as estudantes negras passam no ambiente acadêmico, os modos pelos quais lidam com essas experiências e como elas se articulam com as outras dimensões de suas vidas, com as suas subjetividades e identidades. Exploro, por um lado, como as vivências de discriminação racial, machismo e outras formas de desigualdade são percebidos em suas trajetórias e, por outro, reflito em que medida participação em coletivos identitários e organizações estudantis afetam a construção da identidade e subjetividade das mulheres negras na universidade. Além disso, examino o impacto emocional da marginalização e como as redes de apoio e a representatividade contribuem para a resistência e permanência dessas estudantes, elucidando as dinâmicas que influenciam suas vidas acadêmicas e pessoais.

Palavras-chave: estudos de gênero, universidade, raça, marcadores sociais da diferença, feminismo negro

INTERSECTIONALITY AND ACADEMIC JOURNEYS: REFLECTIONS ON THE EXPERIENCE OF BLACK WOMEN AT USP

ABSTRACT: This work aims to investigate the experiences of Black female undergraduate students at the University of São Paulo (USP) to understand the challenges, achievements, and coping mechanisms related to their integration and persistence in the university. It highlights how their experiences of exclusion and belonging are shaped by the intersection of race, gender, and class. Through interviews conducted with Black female undergraduate students at USP, I seek to understand the adversities these students face in the academic environment, how they navigate these challenges, and how these experiences intersect with other dimensions of their lives, subjectivities, and identities. On one hand, I explore how experiences of racial discrimination, sexism, and other forms of inequality are perceived in their trajectories. On the other hand, I reflect on how participation in identity-based collectives and student organizations influences the construction of the identity and subjectivity of Black women at the university. Additionally, I examine the emotional impact of marginalization and how support networks and representation contribute to the resilience and retention of these students, elucidating the dynamics that influence their academic and personal lives.

Keywords: gender studies, university, race, social markers of difference, black feminism

INTRODUÇÃO

A maior parte das universidades brasileiras não foram, tradicionalmente, criadas para incorporar a circulação e as ideias de mulheres e pessoas racializadas. Analisando os dados sobre o perfil socioeconômico (como os que cito abaixo, do IPEA) daquelas pessoas que acessam o ensino superior no Brasil, desde a criação de suas primeiras universidades, é possível notar que elas são predominantemente brancas e masculinas. No entanto, mediante as mudanças resultantes das demandas históricas dos movimentos sociais por inclusão na educação, vinculadas ao processo de democratização do país após a ditadura, a garantia dos direitos civis, políticos e humanos foi progressivamente estabelecida por meio de uma base legal (como a Constituição de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e fortaleceu-se nas décadas de 1990 e início dos anos 2000 (Bezerra Perez, 2022). A entrada de grupos subalternizados na universidade (mulheres, negros/as, indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros) se deu através dos investimentos e políticas públicas de acesso ao Ensino Superior do governo federal no início dos anos 2000, como o REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), a adoção do SISU (Sistema de Seleção Unificada) e também a Lei de Cotas.

Mesmo após a implementação dessas políticas, os dados do Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) contínua mostram que o acesso ao ensino superior ainda é muito desigual: enquanto a taxa de negros de 18 a 24 anos que cursavam uma graduação ou já tinham concluído a faculdade em 2023 era de 19,3%, os brancos eram 36%. Entre a população negra de 18 a 24 anos, 70,6% deixaram os estudos sem concluir o ensino superior. Para os brancos, a taxa era de 57% (IBGE, 2023). Assim, se faz imperativo pensar, se queremos favorecer a inclusão e a diversidade, sobre como a entrada desses sujeitos em estruturas de ensino em que predomina o pensamento hegemônico e foco nos alunos de elite reverbera em suas identidades e subjetividades. Por outro lado, cabe pensar como a presença desse público e transforma também a produção de conhecimento, epistemologias e paradigmas do ambiente acadêmico.

A Universidade de São Paulo só iniciou a implementação do sistema de cotas étnico-raciais em 2018, dezoito anos depois da implementação das primeiras iniciativas de cotas em universidades brasileiras, a UFRJ e a UERJ (Almeida; Figueiredo, 2022). Em 2017, um ano antes da adesão às cotas, 76,57% dos ingressantes da graduação eram brancos, enquanto 2,75% eram pretos, 13,01% eram pardos, 7,43% eram amarelos e 0,24% eram indígenas (Universidade de São Paulo, 2017).

Mesmo após a adesão às cotas o número de alunos brancos ainda supera em muito o de alunos não-brancos: dos 74.720 alunos de graduação e pós-graduação e pós-doutorandos da USP que declararam sua raça em 2022, apenas 17,6% são pardos, 5,5% são pretos, 4,9% são amarelos e 0,2% são indígenas, enquanto os brancos somam 71,8% (Universidade de São Paulo, 2023).

Após dez anos da Lei de Cotas pretendo refletir, para além do ingresso, sobre a permanência estudantil e adentrar os problemas mais profundos que atingem estudantes cotistas, em especial as mulheres negras. Como apontado por Mattos e Fernandes (2022), a permanência universitária não está somente relacionada a auxílios financeiros para subsistência, há também questões simbólicas que influenciam o percurso estudantil. A dimensão simbólica da permanência universitária diz respeito à responsabilização das alunas por seu desempenho, entre outros aspectos. Isso envolve lidar com dificuldades relacionadas ao conteúdo cultural exigido e ao suporte insuficiente por parte de docentes, especialmente para estudantes com lacunas culturais e educacionais mais significativas. Essas barreiras ocasionam “sentimentos e ações de inadequação, deslocados, na contramão, em colocações ruins, especialmente quando se trata de um campo que tende à consagração e reprodução das relações de força na sociedade” (Mattos, Fernandes, 2022, p.18). Acrescento aqui também, como um desafio para a permanência estudantil, os casos de violência de gênero e racismo que frequentemente vêm à tona, por exemplo em matérias da mídia que denunciam trotes. Esse quadro leva a necessidade de ações que promovam, nas universidades, um ambiente antirracista e de igualdade de gênero, que combata a LGBTQIA+fobia, o elitismo e todas as demais formas de desigualdade.

Neste trabalho analisarei as vivências de oito alunas negras de graduação da USP¹, que foram entrevistadas no segundo semestre de 2024²: Giovana, do curso de Psicologia; Lin, do curso de Relações Internacionais; Flora e Marina, ambas do curso de Ciências Sociais; Vênus, do curso de Geofísica; Estela, do curso de Direito; Lígia, do curso de Educação Física; e Marie, do curso de Ciências Biológicas. Para compreender as múltiplas dimensões constitutivas de suas vivências na universidade, utilizo aqui uma abordagem interseccional, observando que não se trata apenas de uma questão de raça ou gênero. Como aponta Stolcke (1991), a condição social das mulheres e as relações de gênero (e adiciono aqui também as relações de raça) não meramente se convergem em uma espécie de combinação ou adição. Na realidade, as categorias de gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e sexualidade se interseccionam, de modo não hierarquizado, e é necessário

¹ Todos os nomes são fictícios e escolhidos pelas próprias interlocutoras, de modo a preservar seu anonimato.

² A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Parecer número 6.894.507).

articulá-las para uma compreensão mais abrangente da complexidade social (Lorde, 2018). Uma abordagem interseccional permite compreender a natureza interligada da opressão (Collins, 2016), ou seja, que as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe perpassam umas pelas outras.

O feminismo negro foi uma das primeiras correntes a notar a intersecção entre as múltiplas estruturas de dominação e é essa uma de suas principais contribuições. Ao tratar as opressões como estruturas interligadas, essa corrente passa a investigar os elos e as interações entre essas estruturas e não mais os elementos do racismo, sexismo, homofobia ou elitismo classista, como nas abordagens mais clássicas. A compreensão de que todas as formas de desigualdade se interceptam permite que a abordagem interseccional tenha uma visão holística da desigualdade.

1. ABRINDO CAMINHOS: O TRABALHO FAMILIAR ATÉ O INGRESSO NA USP

O ingresso na USP, para minhas interlocutoras, sempre foi resultado de um esforço familiar muito intenso, seja estimulando e dando incentivos emocionais aos estudos, seja a família se reunindo para pagar as mensalidades de uma escola privada, seja garantindo que tivessem tempo e condições para estudar. A educação, para suas famílias, sempre foi colocada não apenas como um valor, mas como a única forma de ascender socialmente.

Giovana, por exemplo, mesmo estudando em uma escola que era conhecida como a pior de seu bairro, na periferia do extremo leste de São Paulo, através do incentivo de seus pais, tinha uma relação com a educação um pouco diferente de alguns de seus colegas:

Então eu acho que muitas vezes o desempenho dos alunos estava ligado a classe desses alunos. Se você não tem o que comer em casa, se você tá esperando a comida da escola, você não vai estar nem aí pro que é fórmula de Bhaskara. Acho que tinha essa falta de conscientização sobre quem eram as pessoas que estavam naquele ambiente, então acho que tinha uma divisão muito pautada nisso também. (Giovana, entrevistada em 13/07/2024)

Giovana, ao contrário desses alunos, tinha pais presentes que a protegiam de situações potencialmente perigosas que aconteciam na escola, como brigas ou uso de drogas. Isso, aliado ao incentivo e às condições de alimentação e moradia que eles proporcionaram, fizeram com que Giovana pudesse começar a pensar em fazer faculdade no futuro. Motivada por esse sonho, conseguiu passar no vestibulinho para fazer o ensino médio em uma Escola Técnica Estadual (ETEC), onde obteve uma educação de qualidade que a preparou para o vestibular para ingressar na USP.

Estela, por outro lado, estudou a vida inteira em escolas particulares, mas sempre com bolsas de estudo, já que sua mãe era professora. No Ensino Médio, um irmão mais velho, que havia conseguido um ótimo emprego, se ofereceu para pagar as mensalidades da melhor escola da cidade. Estela passou a estudar nessa escola, mas, depois de um ano, seu irmão ficou doente e muito debilitado e precisou sair de seu emprego. Seus pais não conseguiriam mais pagar as mensalidades integralmente, então seu pai fez um acordo e conseguiu uma bolsa de estudos parcial. Para conseguir pagar as mensalidades, seu pai deixou de pagar as taxas do condomínio em que moravam e as parcelas do financiamento do apartamento e, quando Estela concluiu o Ensino Médio, o apartamento foi tomado pelo banco para a quitação das dívidas. Para Estela e sua família, chegar à USP significou, literalmente, perder seu teto, o único imóvel que dispunham.

De forma similar, Vênus também estudou boa parte de sua vida em escolas particulares. Durante a infância, morava com sua mãe na casa de seus avós em uma periferia na Zona Leste de São Paulo e, já que não precisava pagar aluguel, sua mãe conseguia pagar as mensalidades de uma escola particular. Quando tinha sete anos, sua avó faleceu e, em meio a conflitos familiares, ela e sua mãe precisaram sair da casa. Agora pagando aluguel, sua mãe já não tinha mais condições de pagar uma escola particular, então Vênus passou a estudar em uma escola pública no centro de São Paulo. No ano seguinte, suas tias, percebendo que Vênus não teria muitas oportunidades naquela escola, decidiram se organizar para pagar uma escola particular, ainda no centro.

Apesar das trajetórias distintas, o ingresso na USP para essas mulheres representa não apenas uma conquista pessoal, mas também o resultado de um sacrifício familiar coletivo. Para essas mulheres negras, o acesso à universidade reflete anos de esforço e privação, com suas famílias investindo recursos financeiros e emocionais na educação como única via de ascensão social. Essas histórias evidenciam que o ingresso na universidade pública não foi apenas uma conquista individual, mas o resultado de um esforço coletivo que envolveu sacrifícios financeiros, emocionais e pessoais. Para essas famílias, o acesso ao ensino superior não representava apenas um diploma, mas sim uma mudança significativa no destino das gerações futuras. A educação, assim, foi um valor central, não apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como uma missão familiar e um caminho de superação das desigualdades socioeconômicas. No entanto, ao entrarem na USP, essas mulheres passaram a enfrentar um novo tipo de desafio: a luta pelo pertencimento e pela afirmação de suas identidades em um ambiente muitas vezes hostil e excludente, onde as marcas de raça, gênero e classe continuam a ditar as oportunidades e os obstáculos em suas trajetórias acadêmicas.

2. INGRESSO NA USP COMO RUPTURA

O ingresso na USP, para as entrevistadas, foi uma grande ruptura em suas vidas. O grande sonho uspiano logo se converteu em uma dura realidade. Percebo que há, entre o grupo de entrevistadas que cursaram o ensino médio na rede privada e o grupo que cursou o ensino médio na rede pública, uma diferença. No primeiro grupo, as entrevistadas já conviviam em ambientes elitizados e embranquecidos, muitas vezes sendo as únicas pessoas negras da turma. Assim, mesmo antes de entrarem na USP, já haviam experienciado, muito intimamente, desigualdades de raça e classe. O outro grupo, que estudou em escolas públicas, não havia vivenciado, de forma tão intensa, essa desigualdade até ingressarem na universidade. Mesmo com essa diferença, entrar na USP foi descrito por todas as entrevistadas como um grande choque, por não encontrarem pessoas parecidas com elas, por não compartilharem das mesmas experiências dos colegas mais abastados, por se depararem com dificuldades acadêmicas.

Para Giovana, o sonho de ter ingressado na USP rapidamente se converteu em um intenso estranhamento:

Eu não tive muitas impressões porque foi na pandemia, apesar de não ter tido muitas impressões, eu tive algumas. Eu estranhei um pouco, estranhei o público, eu me sentia muito deslocada, mesmo que só fosse através das redes sociais, porque eu sentia que as pessoas falavam até diferente de como eu falava. Então uma preocupação minha era de como eu ia conversar com as pessoas, tipo assim, que eu preciso saber? quais filmes eu preciso ter assistido? quais livros eu preciso ter lido? (...) a minha questão principal comigo mesma era de como eu poderia existir nesse espaço se eu não... eu achava né, que eu não saberia conversar com as pessoas daqui. (Giovana, entrevistada em 13/07/2024)

O choque de vivenciar uma desigualdade social tão profunda a fez repensar até mesmo sua própria identidade. Antes de entrar na USP, Giovana não se reconhecia como uma mulher negra e só passou a se identificar como tal a partir das experiências que teve na universidade:

Antes [de ingressar na universidade] eu nem me percebia como mulher negra e hoje eu já vejo que eu sou muita coisa que eu não sabia que eu era. Mas não foi porque eu percebi isso sozinha, foi por conta do tratamento das pessoas e por questões da universidade e por olhar ao redor mesmo né... Porque eu lembro que, nos primeiros dias presenciais aqui, eu tava no bandejão e olhei ao meu redor, eu fiquei muito assustada... só tinha homens brancos. Eu fiquei muito... eu cheguei a lacrimejar naquele dia, eu comi rápido e eu fui embora. (Giovana, entrevistada em 13/07/2024)

Vejo a experiência de ser colocada no lugar de Outro, de olhar para todas as direções e não ver ninguém que se pareça com você, como o relato acima, como uma experiência de violência. Essa violência nem sempre são casos explícitos de racismo, ofensas ou atos discriminatórios praticados

conscientemente. Trata-se, na realidade, de uma violência implícita que penetra e envenena o cotidiano. Essa violência atua no presente na forma da vida cotidiana, alterando a própria percepção dos indivíduos sobre o self (Han, 2012). Esses atos de discriminação, que talvez não fossem pensados propriamente como violência, vão minando o sentimento de “ser humano”, fazendo-as sentir como outra coisa, como menos do que de humanas. Atos capazes de provocar sentimentos assim são também atos de violência, apesar de muitas vezes parecerem sutis.

Flora, aluna de Ciências Sociais, mesmo tendo estudado toda a vida em escolas particulares, em que a maioria dos alunos era branca, e tendo experienciado de forma íntima as desigualdades de classe e de raça, sofreu uma grande decepção logo em seu primeiro dia na USP:

Na época eu passei muito tempo escolhendo a roupa que eu iria usar, muito preocupada assim... o que vou usar, o que vou fazer. E meio de lei os veteranos iam buscar a gente no metrô, eu não tava trabalhando então eu pude vir a tarde (...) a gente tava vindo e eu lembro de ver a gente chegando no portão... quando a gente tava chegando eu tive a certeza de que as pessoas iam bater palma. Pensei “vai todo mundo aplaudir, vai todo mundo aplaudir, meu deus, esse é o momento”. E a gente passou pelo portão e ninguém fez barulho nenhum. Eu lembro que eu fiquei muito em choque: “nossa, a gente passou, a gente literalmente passou, por que ninguém tá batendo palma?”. Acho que foi ali que eu pensei “bom, talvez isso não seja tão surpreendente pra eles quanto é pra mim”. E foi um amargor, eu acho, veio um pouco junto. É engraçado porque eu me tornei uma pessoa muito menos encantada depois que entrei na faculdade. (Flora, entrevistada em 22/07/2024)

Essa narrativa retrata um momento singular na vida de Flora, marcado por expectativas e desilusões ao ingressar na universidade. A escolha meticulosa da roupa e a ansiedade pela recepção calorosa dos veteranos revelam a magnitude desse momento em sua mente. Acompanhada pelos colegas, ela antecipava uma aclamação que não se concretizou, confrontando-a com a realidade de sua própria perspectiva em relação à experiência da entrada na faculdade. É interessante contrastar esse relato de Flora, que expressa o amargor e a decepção ao ver suas expectativas do que seria estudar na USP sendo quebradas, com um cartaz de recepção de calouros que encontrei no campus que dizia “Estudar na USP é melhor que sonhar”. A frase do cartaz sugere uma narrativa de sucesso e realização, alimentando a ideia de que a universidade representa um lugar de oportunidades ilimitadas e crescimento pessoal. No entanto, para Flora e outros estudantes que enfrentam desafios socioeconômicos e emocionais, essa realidade pode ser muito mais complexa e desafiadora. Desde a primeira semana de aula, Flora sente que não deveria estar na USP. Ela sentia-se tão intimidada que estava prestes a trancar o curso: “Eu lembro que na minha primeira semana do curso, foi presencial, eu ia trancar o curso. Não conseguia me ver aqui, não conseguia me imaginar, em momento nenhum

parecia que eu estava pronta para estar aqui”. Ela não se sentia entendida, não encontrava ninguém que se parecesse com ela e sua racialidade tornou-se uma questão muito mais central em sua vida:

são todas pessoas brancas, isso pra mim também era difícil, porque acho que quando eu entrei aqui virou uma coisa muito mais... que as pessoas mencionam mais vezes, eu sou lembrada disso mais verbalmente... virou uma questão muito maior pra mim do que era antes. (Flora, entrevistada em 22/07/2024)

Para Vênus, o ingresso na USP representou uma ruptura muito intensa em sua autoestima, quando se deparou com dificuldades acadêmicas que nunca havia enfrentado antes:

Pra mim foi tipo um sonho, uma meta inatingível que aconteceu. Mas foi um baque muito grande. A carga da Geofísica inicial é absurda, absurda. (...) E eu morava longe, levava 2 horas para ir e 2 horas pra voltar, no mínimo. Eu saía de casa cansada, chegava aqui cansada, voltava pra casa cansada. Foi horrível, meu primeiro semestre foi horrível. Eu reprovei em 4 de 6 matérias e eram as mais importantes. Eu fiquei super deprimida durante as férias, porque eu sempre fui inteligente e eu cheguei na USP e eu era burra. Não é verdade, mas é o que parecia. (...) Aí eu também entendo que tem a questão das neurodivergências, a carga que eu consigo fazer é diferente da carga que meus colegas fazem. (...) A questão racial pegou muito pra mim no meu primeiro ano. Eu vim de um ambiente bem embranquecido, mas entrar na USP foi um ambiente ainda mais embranquecido que uma escola particular boa (...) chegar aqui foi um choque... Eu passei a me sentir burra, que era uma coisa que nunca tinha sentido. Eu parei de fazer perguntas na aula. (Vênus, entrevistada em 01/07/2024)

O relato de Vênus destaca os desafios enfrentados durante seu primeiro ano na universidade, especialmente ao ingressar em um curso tão exigente quanto Geofísica na USP. A distância entre sua residência e a instituição, somada à carga acadêmica intensa, contribuiu para uma experiência inicial extremamente desgastante e desafiadora. A frustração de reprovar em várias disciplinas essenciais durante o primeiro semestre gerou um impacto significativo em sua autoestima e percepção de si mesma como estudante. Apesar de sua habilidade e inteligência anteriores, ela se viu confrontada com um ambiente acadêmico que a fez questionar suas próprias capacidades. Esse sentimento foi agravado pela falta de compreensão por parte de seus amigos e familiares, que não conseguiam compreender plenamente os desafios específicos enfrentados ao estudar em uma universidade pública renomada.

Vênus também destaca a questão da racialidade como um fator adicional de tensão e isolamento em um ambiente predominantemente branco. A transição de uma escola particular, um ambiente que já considerava embranquecido, para a USP, que ela percebe como ainda mais embranquecido, acentuou sua sensação de inadequação e isolamento. O sentimento de ser preterida em favor de seus colegas brancos, tanto academicamente quanto socialmente, tornou-se uma fonte adicional de conflito e angústia.

2.1. Entre dois mundos

Outro importante ponto de intersecção entre as trajetórias das entrevistadas foi a sensação de estarem entre dois mundos, entre duas realidades diferentes. Apesar de terem ingressado em uma das universidades mais renomadas e prestigiadas do país, não se sentem inteiramente pertencentes ao meio universitário, já que não compartilham da identidade racial, da origem familiar e da classe social de seus colegas. Por outro lado, sentem que suas famílias e seus amigos de seus locais de origem também não conseguem compreender os desafios da vida universitária:

O que eu sinto muito é que eu vivo no limbo de dois mundos. Aqui na USP eu moro até que em um bairro bacaninha, moro no Butantã, os meus colegas têm determinada condição socioeconômica, a gente sai para determinados lugares X. Eu não moro na periferia de São Paulo, por exemplo. E quando eu vou para Salvador eu vou para Boca do Rio, eu vou para favela. Lá as pessoas não me entendem 100%, até meus pais, eles não foram para faculdade, então vários dos meus medos, dos meus anseios, das minhas inseguranças em relação a faculdade, por mais que eles sejam sensíveis e preocupados, eles não têm muito como me ajudar porque eles não compartilham dessa experiência. E de outro lado, aqui na faculdade quando as pessoas falam de pessoas pobres ou de pessoas pretas, muitas vezes elas falam como algum objeto de estudo no singular, mais ou menos uniforme, porque a visão do favelado para essas pessoas é como se todo mundo da favela fosse igual (...) E eu sempre olho e falo “amiga, eu sou favelada, eu sou uma pessoa pobre, você está falando de quem? Quem é esse pobre favelado de longe?”. Eu sei que são poucas as pessoas que acessam esse espaço. Mas assim, na faculdade esses meus colegas também não entendem 100% as minhas questões e aí eu fico nesse não espaço dos dois lados. (Lin, entrevistada em 20/06/2024)

Leo Spitzer (2001), em seu livro *Vidas de Entremeio*, descreve as trajetórias de Stefan Zweig, Cornelius May e André Rebouças - o primeiro, judeu e os dois últimos, negros - que viveram entre os séculos XIX e XX em famílias em notável ascensão social. Todos eram burgueses por criação e educação, tiveram formação universitária em seus países de origem e no exterior, e “tinham também um estilo de vida e cultivavam uma aparência física que se conformavam às normas estabelecidas pelos membros da classe média instruída de suas respectivas sociedades” (Spitzer, 2001, p.161). Apesar da aparente assimilação desses sujeitos na alta sociedade, foram rejeitados e excluídos pelo racismo, gerando fortes inseguranças psicológicas a respeito de suas identidades e desorientação interna, sentindo-se marginalizados entre dois mundos. Todos eles buscaram exílio em países estrangeiros, mas onde quer que fossem permanecia o sentimento de “não pertencço a lugar algum e por toda parte sou um estranho” (Spitzer, 2001, p.159). Esse sentimento de deslocamento foi tão intenso que culminou no suicídio para André Rebouças e Stefan Zweig.

Não pretendo aqui comparar dois contextos - o mundo entre o fim do século XIX e começo do XX e o mundo atual - tão diferentes, mas em ambos os casos é evidente o sentimento de

exclusão provocado pelo racismo. Assim como para Zweig, May e Rebouças não foi o suficiente obter formação universitária e conformar-se às normas da classe média para serem integrados à sociedade burguesa, para essas mulheres negras não foi suficiente passarem no vestibular e entrarem na USP para sentirem-se integradas ao ambiente universitário. Zweig, May e Rebouças sentiam-se presos entre dois mundos: não eram inteiramente aceitos pelos grupos com os quais compartilhavam suas origens ou identidades étnico-raciais, mas também não se sentiam pertencentes ao mundo burguês ao qual ascenderam. As entrevistadas também partilham, de certa forma, desse sentimento, em especial aquelas para as quais o ingresso no ensino superior representou a possibilidade de ascensão econômica. Elas não sentem que seus familiares ou os amigos de seus bairros de origem compreendam o peso e a pressão de estudar em uma universidade como a USP. Por outro lado, têm dificuldade em encontrar colegas que partilhem de trajetórias similares às suas. Além disso, a falta de professoras/es negras/os intensifica a sensação de não pertencimento e a falta de perspectiva para essas mulheres. Quando perguntei à Vênus se ela considerava que haviam mais barreiras às pessoas negras ou às mulheres na sua área, ela respondeu:

Pessoas negras. Existem mulheres que dão aula, existem professoras mulheres. Não existe uma pessoa negra no meu curso, um professor negro que dê aula no meu curso. Até professoras que já se aposentaram, pessoas que tiveram uma carreira inteira, mulheres que tiveram uma carreira inteira dentro da Geofísica. E eu não conheço um professor que já se aposentou ou que ainda dê aula que seja negro. (Vênus, entrevistada em 01/07/2024)

Essa falta de representatividade representa, simbolicamente, que não há futuro para Vênus em seu instituto. Se ela não vê professoras/es parecidas/os com ela, isso significa que “isso é o máximo que eu vou conseguir”.

3. SER UMA MULHER NEGRA NA USP

A Universidade foi descrita pelas entrevistadas como um ambiente hostil e violento para mulheres negras. A USP, em específico, foi percebida como sendo “estupidamente branca”, um ambiente hostil, não acolhedor e que não as deixa à vontade para expressarem suas vozes. A falta de professoras/es e de referências negras em seus cursos, juntamente com a baixa porcentagem de colegas negros, causa um sentimento de não pertencimento e de insegurança, fazendo com que não se sintam confortáveis para fazer perguntas ou comentários na sala de aula:

eu me sentia deslocada por vários motivos, eu não sei porque, síndrome do impostor. Eu sempre senti que tava errado, que não era pra eu estar aqui, mas eu lembro que parava e pensava: não, mas você

estudou, você passou. Na sala de aula assim, sabe. Mas os pensamentos intrusivos “não, mas você não sabe fazer isso aqui, você não tá entendendo isso aqui, tão básico, não era pra você estar aqui, levanta e vai embora”. Sabe, uns pensamentos intrusivos. Mas não sei, às vezes eu sinto isso até hoje. (Lígia, entrevistada em 27/06/2024)

Sara Ahmed (2012) em seu estudo sobre diversidade e inclusão em instituições de ensino superior na Austrália e no Reino Unido identificou a “experiência do estrangeiro”³ (tradução minha), uma experiência em que o indivíduo se destaca em meio aos demais, de modo que sua presença causa estranhamento e seu corpo é percebido como dissidente. Essa experiência, segundo Ahmed, pode nos ensinar sobre quais corpos sentem-se em casa nessas instituições, como corpos podem se estender aos espaços, criando contornos de espaços habitáveis e como espaços podem ser extensões de corpos. Assim, corpos que se diferem da hegemonia sentem-se como se estivessem invadindo um espaço que não foi reservado a eles – e que realmente não foi. Pode-se dizer que a universidade é branca, e tomo a definição de branquitude proposta por Schucman (2012, p.1): “A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos”.

A branquitude nas instituições de ensino superior é tão normalizada que se torna invisível e passa despercebida, mas apenas para aqueles que a habitam ou que estão tão acostumados a ela que aprendem a não vê-la - o branco e o masculino sendo vistos como neutros pelo próprio saber científico. Aprender a não vê-la é também um mecanismo de sobrevivência que encontrei em campo, já que sentir-se o tempo todo como um corpo que não se encaixa é uma experiência avassaladora.

Permanecer na universidade é, para as mulheres negras, um esforço cotidiano, já que, para elas, é um ambiente aversivo e excludente, onde sua existência é desqualificada. As mulheres negras, então, estão sujeitas todo o tempo a formas de racismo invisibilizadas e insidiosas. Essas formas foram denominadas como microagressões raciais de gênero (Lewis et. al., 2013; Martins et. al., 2020). Essas vivências de discriminação são diferentes das vividas por homens negros ou mulheres brancas, porque são uma intersecção do racismo e sexismo (Collins, 2016; Stolcke, 2006). Lewis et. al. (2013), em pesquisa sobre as microagressões de gênero, as definiram como “expressões cotidianas e sutis de opressão que podem ser verbais, comportamentais e ambientais, baseadas na intersecção

³ No original: “stranger experience” (Ahmed, 2012, p.3)

de raça e gênero de um indivíduo” (p.54, tradução minha). Essas microagressões estão pautadas em três eixos: 1) estereótipos projetados, em que as imagens estereotipadas de mulheres negras são usadas para objetificá-las e reduzi-las a sua raça e gênero; 2) silenciamento e marginalização, em que mulheres negras sentem-se silenciadas e marginalizadas nos seus ambientes de trabalho e estudo, sendo invisibilizadas e desrespeitadas; 3) suposições sobre estilo e beleza, em que as mulheres negras são reduzidas a sua aparência física, tipo corporal e estilo de comunicação, de maneira verbal e não-verbal (Lewis et.al., 2013).

Quando eu cheguei na USP foi um baque muito grande, porque foi aquilo, mesmo eu participando de várias escolas que a maioria eram pessoas brancas, os professores, os alunos, todo mundo era branco, eu nunca tinha sentido essa... eu realmente cheguei e me questioneei se esse lugar era meu lugar mesmo. Porque as pessoas não te enxergam, as pessoas não te escutam, as pessoas não estão nem aí pra você. E a gente vê que é porque eu sou uma mulher negra, a gente consegue ver essas micro... que às vezes acabam sendo macroviolências. (Marina, entrevistada em 04/07/2024)

O ambiente no qual ocorrem essas formas insidiosas de agressão está inserido no contexto do racismo institucional, ou seja, não se trata daquele racismo que se manifesta de maneira evidente, explícita ou declarada por meio de atos discriminatórios individuais e conscientes – como aqueles que são reconhecidos e punidos pela Constituição brasileira. Trata-se, ao invés disso, do racismo que permeia de forma difusa o funcionamento diário de instituições e organizações, que operam de maneira diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades para diferentes grupos raciais da população. Esse tipo de racismo vai além das relações interpessoais e estabelece-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, resultando, de maneira abrangente, em desigualdades e injustiças.

3.1. Assédio, violência sexual e insegurança no campus

Outro aspecto relevante nas trajetórias analisadas são os casos de assédio e violência sexual no contexto universitário. Vênus, no segundo ano da graduação, sofreu uma violência sexual que mudaria sua relação com a universidade. Depois de um evento de bateria universitária, Vênus foi com alguns colegas até a casa de um conhecido de seu instituto. Ela estava bastante fragilizada psicologicamente por ter tido uma crise de ansiedade pouco antes. Lá, ele se aproveitou de sua vulnerabilidade e a violentou sexualmente. Enquanto a violentava, ele perguntou: “você se considera negra?” e quando Vênus respondeu afirmativamente, ele disse “ah é porque você fode muito

gostoso”. Depois disso, Vênus frequentemente via seu agressor pelo campus. Mas, para ela, o pior foi a repercussão do ocorrido entre seus amigos:

O mais foda mesmo era ouvir os meus amigos falarem bem dele, porque eu tinha contado pra algumas pessoas só. E eu tive que contar pra mais pessoas pra pararem de falar bem dele na minha frente. Eu só contei pra algumas pessoas por esse único motivo, eu não queria ouvir ninguém falar bem dele na minha frente. Só que algumas pessoas não cortaram contato com ele, algumas pessoas próximas de mim, e isso mudou como eu enxergava essas amizades. Então, é meio que isso, em algum momento pra mim a repercussão foi pior do que o ato assim. (Vênus, entrevistada em 01/07/2024)

A violência sofrida por Vênus não cessou depois de ter saído da casa de seu agressor. A violência foi se perpetuando no modo como seu agressor continuava sendo parte do seu instituto e do seu ciclo social.

Flora também frequentemente passa por situações onde sente sua segurança física ameaçada. Antes de ingressar na USP, ela sofreu duas situações de assédio sexual. Ao ingressar, descobriu que seus dois agressores frequentavam o campus e que um deles inclusive tinha aulas na mesma unidade que a sua. Desde então, Flora se sente o tempo todo insegura e com medo de encontrá-los:

De lá pra cá, nesse tempo todo, eu tô sempre num estado muito frenético, ansioso, me pego muito olhando, ou às vezes eu acho que é a pessoa e não é. Já aconteceu de eu ficar tão assustada que eu derrubo coisas, eu tropeço, a pressão cai, coisas assim. Acho que além disso tem essa camada pra mim de muito medo e de muita (...) insegurança. E o resto também não se ajuda... é isso, eu realmente não passo tempo ocioso aqui, eu tenho que estar fazendo alguma coisa... é quase como se eu tivesse a impressão que eu preciso justificar o tempo que eu tô aqui: estou aqui porque tenho aula, estou aqui porque vou comer... eu nunca só estou aqui. (...) Eu lembro que um tempo atrás eu encontrei essa pessoa em uma das poucas festas que eu vim, era uma festa junina (...) e eu encontrei a pessoa no ponto de ônibus e voltei pra festa e a pessoa foi me seguindo. Eu entrei em um estado miserável, eu acho que depois disso eu faço questão de passar menos tempo aqui, o menos possível. (Flora, entrevistada em 22/07/2024)

Esse relato revela a profunda angústia e o constante estado de alerta em que Flora vive devido às experiências traumáticas de assédio sexual que enfrentou. Essas situações não apenas deixaram cicatrizes emocionais, mas também geraram um intenso temor pela sua segurança física. O fato de seus agressores estarem presentes no mesmo ambiente universitário aumenta ainda mais sua sensação de vulnerabilidade e ansiedade. Flora tem a vida cotidiana marcada por um estado de frenesi e vigilância constante. O medo de encontrar seus agressores a acompanha aonde quer que vá, levando-a a reações de pânico e desorientação mesmo diante de situações simples. Essa constante tensão afeta não apenas sua saúde mental, mas também sua capacidade de se envolver plenamente com o ambiente universitário, já que a presença de seus agressores gera um ambiente de constante

apreensão e desconforto, limitando sua liberdade de circulação e sua capacidade de desfrutar plenamente das oportunidades oferecidas pela vida universitária.

Esses casos adicionam mais uma camada ao sentimento de insegurança no campus. Mesmo tendo atravessado todos os processos de exclusão que pessoas negras sofrem no sistema educacional, a falta de políticas que apoiem mulheres vítimas de violência sexual as empurra mais uma vez para fora da universidade. Essa violência perpassa toda a vida acadêmica, profissional e a saúde mental dessas mulheres:

Quando tratamos da violência dirigida especialmente às mulheres negras, percebemos que todo o potencial criativo e intelectual que pode ser mobilizado para que se desenvolvam plenamente, termina por ser desviado para que possam lidar com os processos defensivos e retraimentos causados pelo ambiente hostil no qual interagem. (Bezerra Perez, 2022, p. 51)

Preocupar-se constantemente pela própria integridade física no campus não só abala psicológica e afetivamente essas mulheres, como também as impede de participar plenamente da universidade, seja em termos acadêmicos ou sociais. Vênus, por exemplo, se viu na difícil situação de ter que interromper amizades ao não receber o apoio que esperava após sofrer um estupro. Flora não passa nenhum tempo, além do estritamente necessário, no campus, o que certamente limita suas oportunidades acadêmicas e de convivência no ambiente universitário.

O imaginário criado acerca das mulheres negras, como dotadas de uma sensualidade animalesca (Gonzalez, 1984) contrasta com o imaginário criado acerca da figura da vítima. A construção de alguém como vítima é uma forma de “reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (Sarti, 2011). Se, por um lado, as mulheres negras vítimas de violência sexual (especialmente em um contexto de festas universitárias, onde não se enquadram no comportamento socialmente imaginado da vítima) não são reconhecidas como vítimas, por outro, seus agressores não correspondem ao estereótipo do “agressor sexual” (Almeida, 2022). A imagem do monstro estuprador não condiz com alunos de uma das universidades mais renomadas do país e “e assim se desvaloriza a denúncia dado que alunos de uma escola de elite não poderiam ser monstros, e nem a violência ali praticada condiz com as imagens do estuprador-assassino de vítimas inocentes” (Almeida, 2022, p.123). Dessa forma, vão se criando cada vez mais barreiras para o acesso de vítimas/sobreviventes à justiça, ao apoio e ao acolhimento.

4. MODOS DE PERMANECER

Apesar de todos os percalços, as mulheres negras permanecem. E uma das principais formas de permanecer, que constatei nas entrevistas, é a presença de amigos que compartilhem de experiências similares, que atuam como uma rede de apoio: “É doido como isso faz tanta diferença, porque se eu não tivesse feito amigos tão próximos lá, eu não sei se conseguiria, não sei se alguém consegue (...) acho que isso é minha permanência também” (Giovana, entrevistada em 13/07/2024). Em meio aos desafios acadêmicos, sociais e emocionais, as conexões estabelecidas com seus amigos forneceram um importante suporte emocional, promovendo um senso de pertencimento e solidariedade. Para cada uma delas, encontrar comunidades de apoio, como coletivos étnico-raciais, grupos de pesquisa ou simplesmente círculos de amizade, foi crucial para enfrentar as adversidades e persistir em seus objetivos acadêmicos. Essas amizades não apenas ofereceram um espaço para compartilhar experiências e discutir questões relevantes, mas também proporcionaram um ambiente onde se sentiam valorizadas, compreendidas e capacitadas a enfrentar os desafios da vida universitária. Assim, ao longo de suas trajetórias, as amizades emergem como uma importante fonte de apoio, fortalecendo-as e empoderando-as para alcançar seus objetivos acadêmicos e pessoais.

Os coletivos étnico-raciais também desempenharam um papel fundamental na permanência. Esses espaços proporcionam um ambiente de apoio e compreensão, onde essas mulheres encontram solidariedade e conexão com outras/os estudantes que se parecem com elas. Por meio dos coletivos, elas têm a oportunidade de compartilhar suas vivências, discutir questões relacionadas à identidade étnico-racial e enfrentar desafios comuns, criando uma rede de apoio que vai além do aspecto acadêmico: “o Coletivo é o que fez eu chegar até aqui, honestamente. Se não fosse o coletivo eu não sei se eu teria continuado a graduação” (Vênus, entrevistada em 01/07/2024). Além disso, esses grupos promovem uma sensação de pertencimento e validação, reafirmando suas identidades e valorizando suas experiências como mulheres racializadas. Ao se engajarem nesses coletivos, as entrevistadas encontram um espaço seguro para expressar suas vozes, lutar por seus direitos e promover mudanças sociais dentro e fora do ambiente universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, a universidade é um ambiente disruptivo que causa profundas feridas emocionais, por outro, permite e fomenta o ativismo político e a participação em coletivos identitários, o que certamente impacta nas percepções de si. Entre as entrevistadas, essa nova percepção trouxe consigo mais valorização, autoestima e autoconfiança. Entendendo por quais

questões perpassam suas identidades como mulheres negras, o racismo e o sexismo estruturais e o imaginário criado para oprimir mulheres negras, puderam questionar suas vivências e ressignificá-las. Compreender a origem de suas inseguranças e que elas advinham de um contexto mais amplo do que seus próprios corpos ou personalidades foi um passo fundamental para uma nova construção de si.

Assim, o ambiente universitário apresenta uma dualidade conflitiva: por um lado é um ambiente que as exclui e oprime, em que há poucas (ou nenhuma) políticas de permanência e bem-estar e em que os casos de violência são abafados ou negligenciados. Por outro, viabiliza o encontro e a troca de pessoas e ideias, permitindo a criação de coletivos identitários, que ecoam as vozes e reivindicações de grupos subalternizados.

Além disso, a universidade abre possibilidades e novas perspectivas profissionais e de vida que talvez não pudessem ser acessadas por outro meio. Estar em uma das maiores universidades da América Latina possibilita não só o acesso à educação formal, mas também traz a oportunidade de ascender economicamente e acessar espaços que as gerações anteriores a essas mulheres não puderam acessar. A maioria dessas mulheres vêm de famílias oriundas do nordeste. Elas foram, em muitos casos, a primeira geração da família nascida em São Paulo e também a primeira geração a cursar o ensino superior. Nesses casos, os avôs trabalhavam todos com serviços braçais, como na roça ou na construção civil, enquanto as avós cuidavam dos filhos, dos afazeres domésticos e muitas vezes também trabalhavam fora de casa realizando faxinas, lavando e passando roupas. O ingresso no ensino superior, então, representa novas possibilidades não só profissionais, mas também abrem portas para novas vivências e novos modos de viver e pensar:

Isso era inimaginável há 100 anos. Eu tive uma professora que faleceu com 99 anos ano passado, ela era meio norueguesa e meio inglesa e ela estudou aqui em 1948. Em 48 a minha bisavó tava tendo a minha vó em um resquício de quilombo (...) ela tava parindo minha vó em um resquício de plantação de cana. Então, [estudar na USP representa para mim] totalmente quebra de padrões. Duas mulheres da mesma idade que poderiam... em momentos totalmente diferentes da vida. Então é isso, uma quebra de padrões inimaginável. Há 100 anos era inimaginável uma mulher negra, uma pessoa negra estar aqui. Já era difícil pras mulheres, mas uma mulher negra... (Marie, entrevistada em 03/07/2024)

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **On being included: racism and diversity in institutional life**. Durham/London: Duke University Press, 2012.

ALMEIDA, Heloísa B. **Entre segredos, posts e notícias: a construção pública de categorias de violência sexual.** 2022. Tese de Livre Docência - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Vanessa; FIGUEIREDO, Eliabe. A lei que transforma a universidade, a universidade que transforma a sociedade. *Conexão UFRJ*, Rio de Janeiro, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2022/04/a-lei-que-transforma-a-universidade-a-universidade-que-transforma-a-sociedade> Acesso em: 05 jul. 2023.

BEZERRA PEREZ, Carolina dos S. A gente não vai acreditar nessa nequinhã!: violência sexual, de gênero, raça e classe na universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, [S. l.], v. 8, p. 39–58, 2022. DOI: 10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p39. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13382>. Acesso em: 29 maio. 2023.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p.223-244, 1984.

HAN, Clara. **Life in Debt.** Times of Care and Violence in Neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf

LEWIS, Jioni A., MENDENHALL, Ruby, HARWOOD, Stacy A., & BROWNE HUNTT, Margaret. Coping with Gendered Racial Microaggressions among Black Women College Students. **Journal of African American Studies**, v. 17, n.1, pp. 51–73, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12111-012-9219-0>

LORDE, Audre. **Textos Escolhidos de Audre Lorde.** São Paulo: Heretika, 2018.

MARTINS, Tafne V.; LIMA, Tiago J. S.; SANTOS, Walberto S. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 7, pp. 2793-2802, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>>.

MATTOS, Hellen C. X. S.; FERNANDES, Maria C. S. G. Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência. **Educar em Revista**, [S.l.], dez. 2022. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/85943>

SARTI, Cynthia. 2011. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p 51-61, jan-abr.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SPITZER, Leo. “Não pertencço a lugar algum e por toda parte sou um estranho”: as tribulações de André Rebouças, Cornelius May e Stefan Zweig. In: **Vidas de entremeio**: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Rev. Estud. Fem.**, vol.14, no.1, p.15-42, 2006.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico da USP - 2017**. São Paulo: STI, EGIDA, 2017. Acesso em: 12 jul. 2023. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_2017.pdf

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico da USP - 2023**. São Paulo: STI, EGIDA, 2023. Acesso em: 12 jul. 2023. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (*Processo nº2023/10305-5*).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER

Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (PPGAS-FFLCH/USP) e bacharela (2022) em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.